

# Crédito de US\$ 600 milhões não afasta risco de moratória

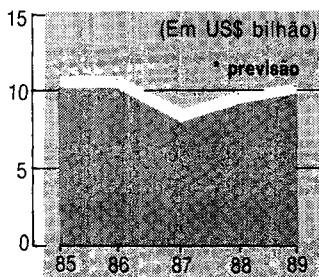
● GLOBO CRISTINA CHACEL 6861

A liberação de um crédito de US\$ 600 milhões para o Brasil, que será negociada esta semana pelo Embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira e pelo Secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, não afasta, por si só, a hipótese de decretação de uma moratória em março, já publicamente aventada pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Mas a linha que o Brasil vem adotando para a negociação de sua dívida externa, que hoje atinge US\$ 110 bilhões, aponta como mais provável o atraso do que a suspensão dos pagamentos, observou ao GLOBO a economista Maria Sílvia Bastos Marques, do Centro de Estudos Monetários de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A economista nota que US\$ 600 milhões é quantia insignificante se comparada aos elevados encargos do Brasil em 1989, como a previsão de amortização de US\$ 4,8 bilhões do principal da dívida contraída com bancos brasileiros e organismos internacionais, e os pagamentos dos juros da dívida com bancos comerciais estrangeiros. Estes juros, segundo estima o professor Francisco Eduardo Pires de Souza, do Instituto de Economia Industrial (IEI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), deverão em 1989 superar a média anual dos US\$ 10 bilhões, uma vez que a taxa do mercado interbancário de Londres — a Libor —, que hoje serve de referência para o pagamento dos juros da dívida brasileira, atingiu a marca recorde dos 10%. E os indícios, segundo Maria Sílvia, apontam para uma alta continuada dos juros no mercado internacional.

## Juros da dívida

O Governo prevê pagar US\$ 10,1 bilhões de juros em 1989.



— Não acredito em mudança substancial na negociação da dívida. O ano brasileiro é de eleições e o atual Governo está sem respaldo para a execução de um programa ousado para a contrapartida de um novo acordo. Os bancos credores, de seu lado, estão em compasso de espera, pois não têm garantia de que um acordo firmado hoje vá ser seguido pela nova administração — analisa.

De outro lado, Maria Sílvia admite que a administração Bush nos Estados Unidos indica uma mudança no cenário da endividada América Latina, cujos países, em sua opinião, estão a reboque das idéias de redução do estoque da dívida, lançadas nos meios acadêmicos e no Congresso americano. A economista considera ainda que o Brasil perdeu sua chance de aproveitar a moratória, quando decretada no momento em que o Governo tinha maior respaldo político, durante o Plano Cruzado, porque não obteve sucesso em seu programa econômico interno. Agora, uma moratória exigiria um programa interno e um projeto mais flexível de ne-

gociação da dívida.

— A linha do Governo hoje é atrasar remessas, como fez em janeiro, e tentar negociar um empréstimo-ponte para o pagamento dos juros — avalia.

O professor Francisco Eduardo observa, por sua vez, que nos últimos dois anos o fluxo de capital para o Brasil, segundo o Banco Central, foi negativo. Os empréstimos, portanto, não cobrem a amortização do principal da dívida, que sofreu redução de US\$ 11 bilhões ao longo de 1988 (de US\$ 121 bilhões no final de 1987 para US\$ 110 bilhões este ano). Desta redução, aproximadamente US\$ 4 bilhões ele atribui à alta do dólar, que afetou o estoque mensurado em moeda americana, uma vez que 32% do principal foram contratados em outras moedas.

Se os recursos esperados — e já em atraso, como os US\$ 600 milhões com liberação prevista para dezembro passado — não entrarem, a consequente queda das reservas brasileiras exigirá a decretação de uma nova moratória, segundo Francisco Eduardo que, entretanto, acha pouco provável o bloqueio dos empréstimos externos. Ele lembra que de 15 de janeiro para cá alguns exportadores estão antecipando o ingresso de dólares referentes à receita de vendas no exterior, o que garante uma melhoria do fluxo de caixa.

O professor acredita também que as novas condições políticas, criadas com as mudanças no Governo americano e nos governos da América Latina, apontam para uma flexibilização na mesa de negociação. E para a mesma direção apontam as novas condições econômicas, uma vez que os bancos credores, tanto dos Estados Unidos quanto da Europa, estão mais preparados para não receber parte de seus créditos.